

## **SOBRE O LUGAR DA EDUCAÇÃO NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA** **ON THE PLACE OF EDUCATION IN BRAZILIAN ANTHROPOLOGY**

Amurabi Oliveira <sup>1</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

### **RESUMO**

No campo acadêmico, existem hierarquias claras sobre quais objetos são ou não privilegiados em termos de investigação, o que se aplica aos diversos campos disciplinares. Tais hierarquias são construídas socialmente, de acordo com o percurso das disciplinas acadêmicas e são transparecidas em diversos âmbitos. Considerando tais questões, analiso o lugar que a Educação ocupa nas pesquisas antropológicas no Brasil, considerando duas questões: a) o histórico sobre a questão da Antropologia da Educação no Brasil; e b) o lugar da Educação nas pesquisas em Antropologia, a partir das linhas de pesquisa dos Programas de Pós-graduação da área. Os resultados encontrados me levam a apontar para o lugar periférico que a educação ocupa na pesquisa antropológica brasileira de tal modo que a Antropologia da Educação ainda seria um campo em processo de constituição.

**Palavras-chaves:** Antropologia da Educação. Campo Acadêmico. Antropologia Brasileira.

### **1 INTRODUÇÃO**

No campo acadêmico, como se sabe, existem regras próprias, por meio das quais é possível formular uma hierarquia do conhecimento em que determinados objetos são privilegiados em detrimento de outros (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2004). Isso se aplica se considerarmos desde o lugar que cada ciência ocupa no campo científico de forma mais ampla, até a estratificação temática que se estabelece em cada disciplina.

Tendo em vista essa consideração preliminar, pretendo, neste trabalho, fazer uma reflexão sobre um campo ainda em formação no Brasil: a Antropologia da Educação. De forma ainda mais específica, pretendo lançar mão de algumas hipóteses para compreender porque o objeto educacional é pouco privilegiado na Antropologia brasileira, ao mesmo tempo em que a ciência antropológica passa a ser recorrentemente apropriada pelos pesquisadores da área de Educação, especialmente por meio da etnografia. Não pretendo defender uma visão exclusivista sobre o arsenal teórico e metodológico da Antropologia, indicando que apenas aqueles que têm uma formação antropológica, no sentido mais estrito ou mais amplo - se considerarmos o campo das Ciências Sociais no Brasil – podem, por exemplo, realizar pesquisas etnográficas sobre Educação. Todavia, compreendo que há uma latente necessidade

---

<sup>1</sup> Licenciado e Mestre em Ciências Sociais (UFCG), Doutor em Sociologia (UFPE), Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) atuante em seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. E-mail: amurabi\_cs@hotmail.com

de estreitarmos as pontes entre a Antropologia e a Educação, na perspectiva de superar a falsa dicotomia que indica que esta se encontra no nível da prática, e aquela, da teoria (GUSMÃO, 1997).

Para compreender bem mais os argumentos que pretendo desenvolver, considerando os limites deste trabalho, dividirei minha explanação em duas partes: a) uma apresentação histórica sobre a questão da Antropologia da Educação no Brasil; e b) um breve apanhado sobre o lugar da Educação na agenda de pesquisa da Antropologia brasileira a partir das linhas de pesquisa dos Programas de Pós-graduação em Antropologia no país. Compreendo que essa discussão é de fundamental relevância tanto para o campo da Antropologia quanto da Educação, tendo em vista a crescente produção acadêmica que tem emergido nessa interface, bem como a emergência de diversas políticas públicas em educação que colocam a questão da cultura no centro do debate, o que demanda uma profunda reflexão antropológica sobre a atual realidade educacional brasileira.

## **2 ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Ainda que possamos apontar para o pioneirismo do trabalho de Margaret Mead (1901-1978), no âmbito internacional, para a Antropologia da Educação e de seu ex-professor, Franz Boas (1858-1942), apesar de haver um trabalho menos sistemático nessa direção, no Brasil, é um pouco mais nebulosa a busca pela gênese dessa discussão.

Embora as Ciências Sociais tenham se institucionalizado entre nós junto com a Educação Básica, com destaque para os cursos de formação de professores nas chamadas Escolas Normais, o que possibilitou o surgimento de uma chamada “Antropologia Pedagógica”, é importante frisar que seus paradigmas teóricos e metodológicos se distanciam substancialmente daqueles que se tornaram hegemônicos na Antropologia brasileira, principalmente a partir dos primeiros Cursos de Ciências Sociais criados na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e na Universidade de São Paulo (1934).

Quando a “Antropologia Pedagógica” se aproximou de uma Antropologia Física e Biológica, nos Cursos de Ciências Sociais que surgiram a partir dos anos de 1930, no Brasil, passou a predominar a Antropologia Social e Cultural e foi significativa a influência americana, na ELSP, e a francesa, na USP.

Há que se ressaltar que a Antropologia passou a ganhar cada vez mais espaço nos cursos de formação de professores, tendo em vista as inúmeras reformas educacionais que começaram a ocorrer, principalmente, a partir do final dos anos de 1920, capitaneadas por

intelectuais ligados à chamada Escola Nova<sup>2</sup>. Sobre esse primeiro momento da Antropologia nos cursos de formação de professores, Oliveira assevera:

Ainda que os métodos antropométricos amplamente utilizados nos primeiros Gabinetes de Antropologia Pedagógica possam ser largamente criticados, assim como a perspectiva higienista reforçada pela Escola Nova, acreditamos que precisamos tanto compreender tais elaborações dentro do seu próprio tempo, como também reconhecer aí um primeiro esforço aproximativo, no exercício de conhecer "o outro".

Mais que isso, parece-nos de fundamental relevância destacar aqui o reconhecimento que a Antropologia alcançou na primeira metade do século XX, como ciência necessária para o processo formativo de professores. Tal processo se mostra sempre desafiador, pois, por vezes, a Antropologia não é percebida como tendo uma finalidade prática, ao se inserir nos currículos de formação de professores, como já apontaram Durham e Cardoso em 1961. (OLIVEIRA, 2013b, p. 38).

É interessante notar que essa é uma história “esquecida” da Antropologia brasileira, raramente mencionada com destaque por aqueles que narram a história da disciplina no Brasil. Para além da distância, em termos de paradigmas teóricos e metodológicos em relação à “Antropologia Pedagógica”, penso que devemos considerar mais dois fatores para que possamos compreender o parco interesse dos antropólogos pela Educação.

O primeiro deles é que a Antropologia brasileira se desenvolveu em meio a uma “alteridade relativa”, que a aproxima dos estudos das populações tradicionais, especialmente dos indígenas, em um primeiro momento (PEIRANO, 2006), de tal modo que essa marca distintiva, que implicou uma aproximação incisiva da Antropologia com povos que, em muitos casos, não tinham um sistema escolar formal, tem implicações diretas sobre o desenvolvimento de uma Antropologia da Educação no Brasil.

Não à toa Gusmão (1997) aponta para o fato de que muitos indicam como o início da Antropologia da Educação no Brasil o período em que começaram os chamados “estudos de comunidade”, pois foi por meio deles que os antropólogos se “esbarraram” com a escola.

O segundo fator diz respeito ao nível institucional. Sobre esse aspecto, considero sobremaneira importante destacar o que ocorreu com a Reforma Universitária de 1968, com a criação das Faculdades de Educação, quando houve uma separação institucional entre as Ciências Humanas e Sociais e a Educação<sup>3</sup>. Esse fato já fora apontado por Cunha (1992), para se compreender o porquê de a Educação ser um objeto “menor” na Sociologia. Acredito que isso se aplica de forma análoga na Antropologia. Sob o ponto de vista de Oliveira,

2 Para compreender bem mais a Escola Nova, consultar Xavier (2002).

3 É importante lembrar que foi a partir dessa Reforma que surgiram os Programas de Pós-graduação no formato que os conhecemos. O primeiro foi em Antropologia Social, criado no Museu Nacional em 1968.

[...] temos um cenário institucional que aprofunda a distância das ciências sociais com relação à educação, e em especial da antropologia, cujo arcabouço teórico mais bem delimitado foca-se nos estudos etnológicos das populações tradicionais, com destaque para as indígenas, não à toa, tal marca encontra-se ainda hoje muito bem inscrita inclusive no campo da antropologia da educação, cujos trabalhos em torno da educação indígena são, de fato, os mais numerosos neste campo.

Apesar deste cenário institucional, percebemos o crescente interesse em torno da interface entre a antropologia e a educação, o que pode ser atestado pelo crescimento da produção acadêmica nesta esteira, ainda que se dê prioritariamente junto às Faculdades de Educação, bem como por meio do crescimento institucional de tal discussão junto à Associação Brasileira de Antropologia – ABA (GUSMÃO, 2009). Buscaremos explorar o lugar que a Antropologia da Educação pode ocupar junto ao processo de formação de professores, considerando, especialmente, a realidade escolar na sociedade moderna (OLIVEIRA, 2012, p. 123).

Portanto refiro-me aqui a condicionantes, e não, a determinantes do movimento presente na Antropologia da Educação. Acredito que uma de suas marcas mais fortes é o lugar periférico que ocupa na agenda de pesquisa dos antropólogos brasileiros, o que se contrapõe à contínua aproximação realizada por educadores dos referenciais teóricos e metodológicos da Antropologia, bem como ao relevante lugar que ocupa nos cursos de formação de professores (OLIVEIRA, 2014).

## **2.1 Refletindo sobre o lugar da Educação na Antropologia**

Para continuar com o fio condutor de minha argumentação, considero relevante que eu me posicione sobre duas questões: a primeira diz respeito ao fato de que concordo com Gomes e Gomes (2011), ao afirmarem que esse é um campo em crescente processo de consolidação, porém, diferentemente das autoras, não compartilho da visão otimista que elas apresentam, ao indicar a crescente presença desse debate nos encontros promovidos pelas associações científicas, como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED).

No caso da ANPED, desde o começo dos anos de 1990, há um GT próprio sobre Sociologia da Educação, porém a Antropologia aparece de forma difusa e, por vezes, repleta de “mal-entendidos” teóricos e metodológicos nos diversos trabalhos apresentados, o que se relaciona às tensões que se estabelecem no processo de apropriação da Antropologia na pesquisa educacional (VALENTE, 1996). Quanto à ANPOCS, o ‘GT Educação e Sociedade’, que está em funcionamento desde os anos de 1980, apresenta um caráter evidentemente mais sociológico, o que tem se tornado ainda mais evidente nos últimos anos. Na última edição do

evento (2014), ele deixou de existir e deu espaço a um GT voltado exclusivamente para a discussão sobre o Ensino Superior, ainda que, nesse mesmo ano, tenha surgido um Simpósio de Estudos Pós-graduados mais amplos, voltados para a discussão sobre Ciências Sociais e Educação, que só teve uma única edição até o momento. Portanto é demasiadamente cedo para afirmar se ele conseguirá aglutinar as discussões pertinentes a esse campo nessa associação.

As reuniões da ABA podem ser entendidas como uma exceção à regra em termos, pois, de um lado, é relativamente estável a presença de Grupos de Trabalho e Mesas Redondas voltadas para a Antropologia da Educação, todavia, normalmente, trata-se de um único grupo ou dois, em meio a um amplo número de temáticas. Na última Reunião Brasileira de Antropologia, havia 83 Grupos, dos quais dois se voltavam para a questão educacional, portanto, trata-se também de uma posição marginal, ao contrário de outras temáticas que são privilegiadas na agenda de pesquisa dessa ciência no Brasil.

Interessante notar que, se fizermos um breve levantamento de teses e dissertações no âmbito da Educação, poderemos encontrar inúmeras delas que dialogam, em algum grau, com a Antropologia (OLIVEIRA, 2011), seja em relação às temáticas - nos últimos anos, a questão da diversidade vem ganhando visibilidade nas políticas educacionais (ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2011), o que impulsiona essa aproximação - seja em relação ao método etnográfico. Convém, no entanto, ressaltar que há uma ampla difusão da perspectiva de que só é possível realizar estudos do tipo etnográfico, e não, etnografia, no sentido estrito em Educação (ANDRÉ, 1995), o que tende a escamotear uma profunda imprecisão metodológica (OLIVEIRA, 2013c).

No âmbito da Antropologia, ainda é pequeno o número de pesquisas que se debruçam sobre o objeto educacional, apesar de Tosta (2013) apontar para um crescimento gradual do interesse dos antropólogos brasileiros pela Educação a partir dos anos de 1990, o que de fato pode ser verificado empiricamente. Porém devemos considerar também o crescimento da área como um todo.

Para subsidiar meu argumento, realizei um levantamento em todos os programas de pós-graduação em Antropologia existentes no Brasil, examinando suas linhas de pesquisa, para saber quais os que indicariam algum diálogo com a Educação. No Brasil, existem 22 Programas de Pós-graduação em Antropologia, oito dos quais só ofertam Cursos de Mestrado, e 14, de Mestrado e Doutorado. Essa área de avaliação inclui, ainda, os programas de Arqueologia que não serão considerados aqui em meu levantamento, ainda que haja Programas de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia, que também foram frutos de

meu exame. Seguindo uma tendência nacional, a maior parte dos programas está concentrada no Sudeste e no Sul do país, embora tenha havido um intenso crescimento no Norte e Nordeste, principalmente a partir dos anos 2000. Esse crescimento também tem se refletido no incremento do número de teses e dissertações que têm explorado um leque cada vez mais amplo de temáticas.

Ao levantar todas as linhas de pesquisas dos programas de Antropologia, só encontrei uma linha de pesquisa no PPGA da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), um programa jovem, aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2010 e que funciona até o momento apenas com o Curso de Mestrado. Dentre suas três linhas de pesquisa, há uma denominada de ‘Etnologia, Educação Indígena e Interculturalidade’ que, segundo sua ementa, envolve dois eixos. O segundo,

[...] chamado de "Educação Indígena e Educação Escolar Indígena", preocupa-se com temas referentes às formas de apropriação, por parte das diversas etnias originárias, dos processos educacionais escolares em interlocução com os procedimentos educacionais indígenas. Essas temáticas se desdobram em outros assuntos, tais como: relação sociedade indígena e processo de escolarização, movimento de professores indígenas, formas organizacionais nas escolas, relação entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos oriundos das sociedades nacionais, conflitos e ressignificação de conhecimentos etc<sup>4</sup>.

Percebamos que a questão educacional, nesse caso, liga-se a uma temática “clássica” da Antropologia brasileira, que é a etnologia indígena, o que reflete também nas demandas locais da região onde se insere a UFGD.

Interessante perceber que a questão da educação é citada rapidamente nas ementas de alguns programas, conforme mostra o quadro abaixo, onde coloquei em destaque as referências à questão educacional que surge nas ementas<sup>5</sup>.

**Quadro 1: Linhas de pesquisa nos PPGA relacionadas à Educação**

Instituição	Linha de pesquisa	Ementa
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	Estudos Ameríndios	A linha de Estudos Ameríndios agrega a esse Programa uma área clássica da Antropologia brasileira, a Etnologia Indígena, com um diferencial que a destaca das linhas desenvolvidas na maior parte dos Programas de Pós-graduação em Antropologia existentes no Brasil, que expressam o perfil do nosso quadro docente nessa especialidade. Congrega-se por meio dela pesquisas que descrevem e analisam as relações, os trânsitos e as

4 Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-antropologia/linhas-de-pesquisa>

5 Dados coletados em outubro de 2014.

		<p>traduções entre regimes de conhecimento, bem como as políticas indígenas em sua relação com as políticas públicas, culturais e de desenvolvimento a eles dirigidas ou que os afetem. <b>Essa comunicação de saberes se dá na escola, especialmente nos contextos de educação escolar indígena diferenciada;</b> no atendimento à saúde; nos processos de patrimonialização e nos que envolvem territorialidade, desenvolvimento e meio ambiente. O foco em temas emergentes não se faz em prejuízo dos debates clássicos da área, mas em diálogo com os campos do parentesco, da cosmologia, do xamanismo e do ritual. Os professores da área têm larga experiência de pesquisa nas regiões do Brasil Central, da Amazônia Ocidental, do Norte Amazônico e no Parque Indígena do Xingu, o que tem possibilitado um exercício comparativo e a formação de estudantes nessas áreas. Os estudantes têm agregado também outras regiões etnográficas onde desenvolvem suas pesquisas, com especial atenção às populações indígenas do Sul-Sudeste.</p>
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Etnologia	<p>A área de Etnologia abrange, basicamente, as terras baixas da América do Sul, embora haja espaço para pesquisadores trabalharem em outras áreas do mundo. Os interesses dos etnólogos vinculados à área incluem análise de discurso, cosmologia e religião, estética, mitologia e ritual, gênero, parentesco e organização social, história indígena e do indigenismo, as associações e o movimento indígena, questões territoriais, políticas e jurídicas, <b>educação</b>, urbanização e desenvolvimento.</p>
Museu Nacional - UFRJ	Antropologia das Minorias	<p>Estudos referentes às relações de dominação que envolvem grupos e indivíduos compreendidos em antagonismo à “maioria” e, por isso, em posição distinta, em termos de oportunidades políticas, econômicas, <b>educacionais</b> e de ascensão social. Contempla estudos sobre relações e grupos identificados a partir de critérios baseados em pertencimentos de natureza nacional, racial, religiosa, étnica, cultural e de gênero.</p>
Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT	Etnicidades, Territorialidades e Cosmologias	<p>Estudos etnográficos e comparados de povos indígenas, socialidades, cosmologias, rituais, arte e sistemas simbólicos; políticas públicas, <b>educação e direitos</b>; políticas indígenas, história indígena e do indigenismo; estudos de fronteiras, conflitos interétnicos, territórios, processos e direitos sobre territórios; movimentos sociais, diásporas e identidades.</p>
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Família, Gênero e Saúde	<p>Produção e difusão de conhecimento sobre famílias, dinâmicas das unidades domésticas, gênero e/ou saúde, no campo e na cidade, em diálogo com o debate feminista. Atenção aos processos da organização social, suas tensões e desigualdades, especialmente nos temas relativos a trabalho, migrações, sexualidade, geração, <b>educação</b>, direitos humanos, violência, raça e constituição das subjetividades.</p>

Universidade Federal Fluminense - UFF	Patrimônio Cultural, Práticas Produtivas e Categorias Ocupacionais	Estudos de práticas produtivas, transmissão intergeracional e intergrupar de conhecimentos. Trajetórias pessoais e familiares. Processos de patrimonialização, usos sociais e econômicos de patrimônios materiais e imateriais. Política de valor, memória e identidade. Interfaces entre <b>antropologia e educação</b> , ciência, natureza e tecnologia. Ênfase nos estudos sobre trabalhadores urbanos e rurais, camponeses e agricultores familiares, contemplando, entre outros aspectos, formas de organização política e de expressão de lutas sociais.
Universidade Federal do Piauí – UFPI	Patrimônio, Paisagem e Cultura Material	Essa linha de pesquisa contempla três categorias que têm pontos de contato entre si e com as áreas das Ciências Sociais e Ciências Humanas. Essas categorias fornecem amplas possibilidades de estudos com resultados úteis à ciência e à sociedade para entenderem as relações humanas com seus artefatos, técnicas, paisagens e o reconhecimento que fazem sobre si. O patrimônio contempla as ações de (re) conhecimento (legislação e sua aplicação, preservação, salvaguarda, <b>educação patrimonial</b> etc.) de artefatos, paisagens e demais referências culturais. Inclui, portanto, estudos em torno do próprio conceito e as reflexões sobre patrimônio em suas múltiplas dimensões e conexões (tangível, intangível, natural); as relações entre coleções, narrativas e trajetórias sociais; a criação de novas formas de colecionamento e patrimonialização; conservação e preservação do patrimônio; fotografia, cinema, documentário e filme etnográfico; políticas públicas, culturas políticas e políticas culturais; técnicas corporais, ofícios, modos de fazer e saberes locais; relação entre patrimônio cultural e turismo, entre outras. Paisagem, no sentido do espaço culturalmente apropriado, é muito mais do que um lugar, local ou quadro da natureza: constitui produto contínuo de tensão de forças naturais e culturais. Palimpsestos que precisam ser lidos à luz de diversas intervenções humanas consideradas abstratas ou não. Entende-se a cultura material como porções materializadas do espaço e do tempo apropriadas pelas sociedades humanas pretéritas e contemporâneas. Os artefatos em si, diante do processo e o resultado dessas apropriações e suas associações contextuais, ampliam um vasto campo para as interpretações específicas e interdisciplinares como também suas localizações (sítios, comunidades, museus etc.). Abrange temas relativos à constituição da sociodiversidade e produção, consumo e descarte da cultura material.

Fonte: O autor (2014)

Como podemos perceber, das sete linhas de pesquisa indicadas, três indicam um vínculo com a questão da etnologia, o que reforça a ideia de que a presença das pesquisas



educacionais na Antropologia brasileira encontra-se submetidas às demandas de uma agenda de pesquisa já consolidada, que não aponta para o estabelecimento de um campo autônomo. Outra característica que chama a atenção é o fato de que a questão educacional é indicada de forma bem pontual, o que pode indicar a presença de poucos ou um único pesquisador na linha de pesquisa que dialogam com a educação, o que pode se estabelecer ainda por meio de outras interfaces, como no caso da Antropologia da Criança (CONH, 2005; TASSINARI, 2011).

Concordo com o ponto de vista apresentado por Gusmão, em entrevista recente (OLIVEIRA, 2013), ao afirmar que os antropólogos tendem a negar a Educação como um objeto de investigação significativo de tal modo que “(...) só comparece nos estudos da área se complementar e imposta por situação de campo, nunca como objeto central” (p. 153). Isso fica evidente diante dos dados referentes às linhas de pesquisa e que reconheça um sutil crescimento de interesse por parte dos pesquisadores, o que tem sido fomentado em grande medida pelo incremento das políticas públicas voltadas para a diversidade no âmbito educacional<sup>6</sup>, considerando que o cenário pouco tem se alterado nos PPGA.

Assim, grande parte dos pesquisadores que assumem a educação como o objeto principal de investigação tomando como base a Antropologia atua em Faculdades e em Programas de Pós-graduação em Educação, embora, em alguns casos, eles não tenham formação acadêmica nas Ciências Sociais, o que pode implicar fragilidades teóricas e metodológicas nas investigações desenvolvidas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não houve aqui uma preocupação em exaurir o tema, o que seria inviável devido aos limites deste trabalho. Todavia o que me interessou foi indicar o lugar que a Educação ocupa na agenda das pesquisas antropológicas no Brasil, o que tem sido feito de forma pontual, tanto no que se refere aos eventos da área quanto, principalmente, aos Programas de Pós-graduação.

Compreendo que, no Brasil, falar em Antropologia da Educação ainda é falar de um campo que se encontra em processo de construção. Isso requer a elaboração de uma agenda de pesquisa própria, o que, devido às características próprias do objeto, acaba por ser direcionado, em alguma medida, às políticas públicas em Educação, que têm demandado uma posição ativa por parte dos antropólogos. No entanto, há de se ressaltar que a existência, ainda

---

<sup>6</sup> Destaco aqui o advento da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as séries da educação básica, assim como a 11.645/08, que introduz a questão indígena, além dos inúmeros projetos coordenados e financiados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) criada em 2004.

que de forma pontual e periférica, de Grupos de Trabalho nas RBA e a organização de alguns dossiês temáticos, concentrados em periódicos da área de Educação e de coletâneas indica um processo de constituição de uma rede de pesquisadores que começa a se estabelecer, inclusive mantendo um interessante diálogo com outros pesquisadores da América Latina e do mundo lusófono, por meio de eventos como o Congresso Latino-americano de Antropologia, a Reunião de Antropologia do Mercosul, o Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais etc.

Acredito, pois, que o debate sobre a Antropologia da Educação, no Brasil, tem avançado em seu processo de articulação acadêmica, apesar de haver uma demanda clara em torno de um processo mais incisivo de institucionalização por meio do qual se possa compreender a Educação como um objeto privilegiado de investigação da Antropologia brasileira, o que, em termos acadêmicos, poderá refletir em sua relevância social.

## ABSTRACT

The academic field has clear hierarchies in which objects are or are not privileged in terms of research, which applies to many disciplines. Such hierarchies are socially constructed according to the path that academic disciplines have, and are apparent in different areas. Considering these issues I seek to analyse the place that education occupies in anthropological research in Brazil, considering two issues: a) the history of the Anthropology of Education in Brazil; b) the place of education in research in anthropology in Brazil based on the research fields developed by Postgraduate Programmes in the area. The results lead me to point to the marginal place that education occupies in Brazilian anthropological research, so much so that the Anthropology of Education is still a field in the process of constitution.

**Keywords:** Anthropology of Education. Academic field. Brazilian anthropology.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino; CRUZ, Ana Cristina. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 85-97, 2011.

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas: Papirus: 1995.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício do sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

**Relação de cursos recomendados e reconhecidos** – Antropologia. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServletacao=pesquisarIes&codigoArea=70300003&descricaoArea=&descricaoAreaConhecimento=ANTROPOLOGIA&descricaoAreaAvaliacao=ANTROPOLOGIA+%2F+ARQUEOLOGIA#>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

**Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.24, n.1, p. 40-50, jan.-jun. 2015**

CUNHA, Luiz Antonio. A educação na sociologia: um objeto rejeitado? **Cadernos Cedex**, n 27, p. 9-22, 1992.

GOMES, Ana Maria R.; GOMES, Nilma Lino. Anthropology and Education in Brazil: Possible Pathways. In: ANDERSON-LEVITT, Kathryn M.. (Org.). **Anthropologies of Education: A Global Guide to Ethnographic Studies of Learning and Schooling**. New York: Berghahn Books, 201

GUSMÃO, Neusa Maria. Antropologia e educação: origens de um diálogo. **Cadernos CEDES**. n. 43, v. 43, p. 8-25. 1997.

OLIVEIRA, Amurabi. A antropologia dos não antropólogos e outras questões etnocêntricas. **Revista Antropológicas**, v. 22, n. 1, p. 101-123, 2011.

\_\_\_\_\_. A antropologia e a formação de professores. **Revista Cocar**, v. 8, n. 15, p. 23-30, 2014.

\_\_\_\_\_. Antropologia e antropólogos, educação e educadores: o lugar do ensino de antropologia na formação docente. **Percursos**, v. 13, p. 120-132, 2012.

\_\_\_\_\_. Antropologia e/da educação no Brasil: entrevista com Neusa Gusmão. **Cadernos de Campo**, v. 22, n. 22, p. 147-160, 2013a.

\_\_\_\_\_. O Lugar da Antropologia na Formação Docente: um olhar a partir das escolas normais. **Pro-Posições**, vol 24, nº 2, p. 27-40, 2013b.

\_\_\_\_\_. Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação? **Revista FAEEBA**, v. 22, n. 40, p. 69-82, 2013c.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA UFGD. **Linhas de Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-antropologia/linhas-de-pesquisa>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

TASSINARI, Antonella M. I. O que as crianças têm a ensinar a seus professores? Contribuições a partir da antropologia. **Antropologia em Primeira Mão**, n. 130, p. 1-20, 2011.

TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. Cruzando fronteiras- entre a antropologia e a educação no Brasil e na Argentina. **Pró-Posições**, v. 24, n. 2, p. 95-107, 2013.

VALENTE, Ana Lúcia E. F.. Usos e Abusos da antropologia na pesquisa educacional. **Pro-Posições**, v. 7, n. 20, p. 54-64, 1996.

XAVIER, Libânia N. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). Bragança Paulista: Edusf, 2002.